



MANUAL DE ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS DA PREVIDÊNCIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

I. TERMOS E SIGLAS	3
II. RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO	5
III. OBJETIVO	5
IV. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA	6
V. INSTRUMENTO USADO NO PROCESSO	7
VI. RESULTADO FINAL DO PROCESSO	8
VII. PROCEDIMENTOS	8

1. TERMOS E SIGLAS

LOA

Lei Orçamentária Anual

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

PREVI-RIO

Instituto de Assistência e Previdência do Município do Rio de Janeiro

PRE

Presidência

DAF

Diretoria de Administração e Finanças

CAD

Conselho de Administração do Previro

CIP

Coordenação de Inteligência Previdenciária

SUPOR

Superintendência de Orçamento

SMF

Secretaria Municipal de Fazenda

CMRJ

Câmara Municipal do Rio de Janeiro

RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO

PREVI-RIO/DAF, diversos setores do PREVI-RIO, PREVI-RIO/PRE, CAD, PREVI-RIO/CIP

OBJETIVO

Este manual tem como objetivo descrever o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias no âmbito do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVI-RIO, em conformidade com as diretrizes legais, institucionais e operacionais que regem a gestão orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social do Município do Rio de Janeiro. A construção dessas propostas ocorre de forma integrada e colaborativa, envolvendo diferentes áreas do Instituto, de modo a assegurar o pleno atendimento às normas previdenciárias e às exigências estabelecidas pela legislação orçamentária vigente.

A Lei nº 4.320, de 1964, bem como demais legislações aplicáveis, orienta o procedimento para elaboração, organização e aprovação dos orçamentos públicos. Nesse contexto, o PREVI-RIO adota um processo criterioso de levantamento de informações, análise técnica e consolidação dos dados que compõem os Projetos de Leis Orçamentárias.

Cada setor participante – desde o recebimento das orientações iniciais emitidas pelos órgãos centrais de planejamento e finanças do Município até as etapas finais de validação – desempenha um papel essencial na precisão, confiabilidade e conformidade das informações apresentadas.

Esse trabalho conjunto garante que as propostas orçamentárias reflitam adequadamente a realidade financeira do Instituto e mantenham alinhamento com as metas fiscais, atuariais e previdenciárias do Município.

No PREVI-RIO, o setor responsável pelo Planejamento e Orçamento atua na elaboração, análise, revisão e consolidação dos principais instrumentos de planejamento e gestão: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Compete a esse setor garantir que todos os dados e estimativas estejam devidamente registrados nos sistemas municipais utilizados para gestão e acompanhamento orçamentário. Após a etapa de consolidação interna, a proposta orçamentária segue para sucessivas fases de verificação, ajustes e validação, até ser encaminhada aos órgãos competentes da administração municipal para apreciação e aprovação.

IV. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

- **Lei Nº. 3.344*, de 28/12/2001** (Disciplina o Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências);
- **Lei nº 4.320, de 17/03/1964** (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal);
- **Lei nº 101, de 04/05/2000** (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências);
- **Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999**, e suas alterações posteriores, que atualiza a discriminação da despesa por Funções e estabelece os conceitos de Função, Subfunção, Programa, projeto, atividade, operações especiais;

- **Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001**, e suas alterações posteriores, que introduz a classificação da receita e da despesa a ser adotada por todas as esferas governamentais;
- **Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002**, que divulga o detalhamento de naturezas da despesa;
- **Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14 de outubro de 2008**, que aprova os Manuais de Receita Nacional e Despesa Nacional e suas alterações;
- **Portaria Conjunta STN/SOF nº 26/2024**, que aprova a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e suas atualizações;
- **Classificador da Receita e Despesa**, de acordo com a relação disponibilizada no sistema SIAFIC Carioca
- **Portaria nº 1467, de 02/06/2022** (Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019);
- **Manual Técnico do Orçamento (MTO);**

INSTRUMENTO USADO NO PROCESSO

Classificador da Receita e Despesa.

VI. RESULTADO FINAL DO PROCESSO

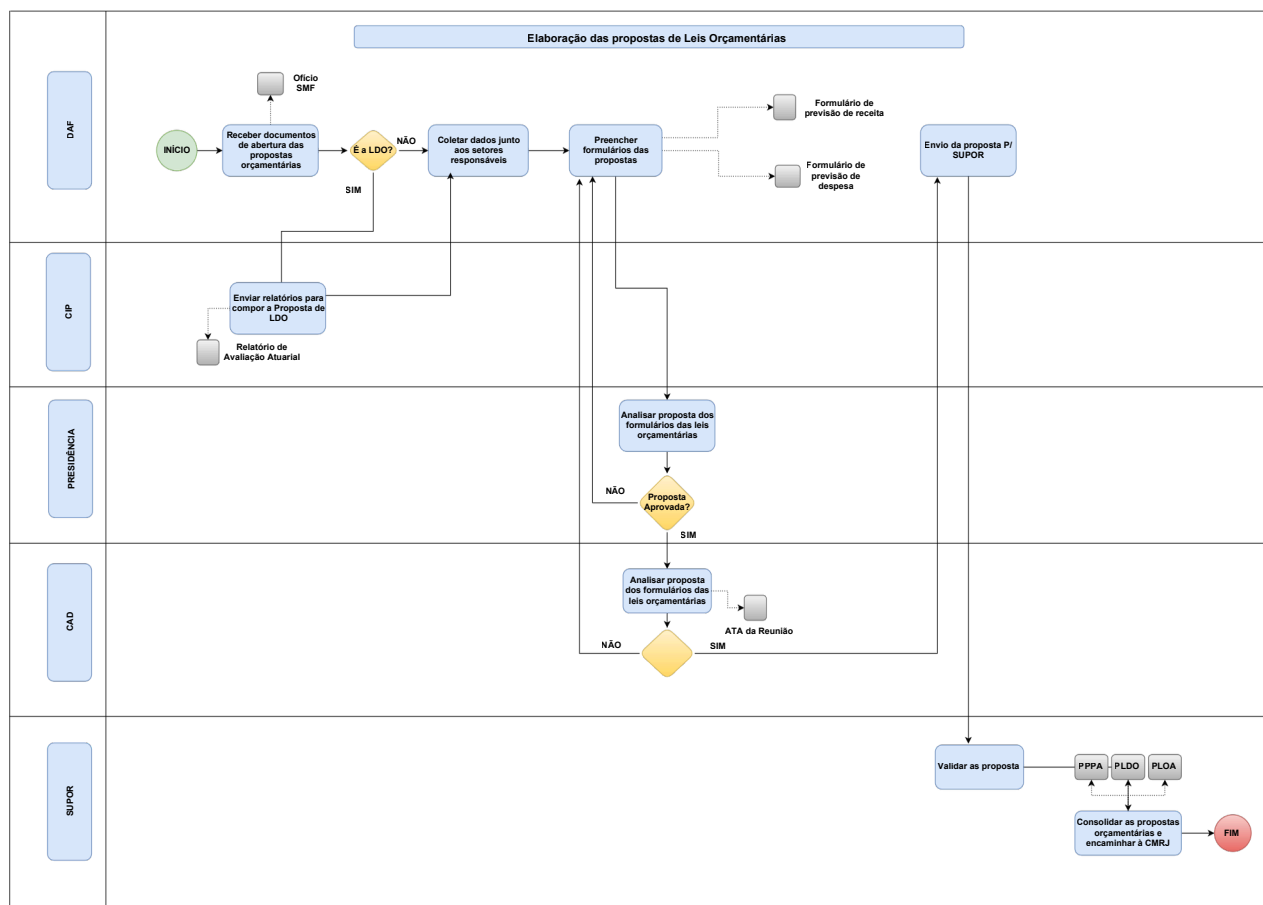
Elaboração das propostas de Leis Orçamentárias.

VII. PROCEDIMENTOS

ETAPA	ATIVIDADE	DETALHAMENTO
1	O órgão recebe documento de abertura do período de elaboração das propostas orçamentárias	A SUPOR encaminha documento informando o início do período de elaboração das propostas de leis orçamentária e solicita as informações que comporão os projetos de leis.
2	Coleta de dados	A assessoria de orçamento solicita informações de receita e despesa junto aos setores relacionados.
3	Elabora formulários	A partir dos dados informados pelos setores, a assessoria de orçamento analisa os dados e elabora os formulários de previsão de receitas e despesas.

ETAPA	ATIVIDADE	DETALHAMENTO
4	Aprovação pelo titular do Órgão	O titular do órgão analisa as planilhas de previsão de receita e despesa. Caso estejam adequados, encaminha para a próxima etapa do processo; caso contrário, devolve para ajustes necessários, assegurando a precisão e o alinhamento com os requisitos previstos.
5	Aprovação pelo Conselho de Administração do PREVI-RIO	Após aprovação dos dados pelo responsável pelo Órgão, a previsão das receitas e despesas são enviadas para aprovação pelo CAD. Caso estejam adequados, encaminha para a próxima etapa do processo; caso contrário, devolve para ajustes necessários, assegurando a precisão e o alinhamento com os requisitos previstos.
6	Envio da Proposta	Após aprovação dos dados pelo CAD, a proposta orçamentária é enviada para a SUPOR.
7	Envio da Proposta	Analisa as informações enviadas, verificando sua conformidade com os critérios estabelecidos. Caso estejam adequadas, consolida a proposta do PREVI-RIO com as das demais secretarias e encaminha para aprovação na CMRJ. Caso contrário, devolve para ajustes necessários, garantindo alinhamento com os requisitos exigidos. Após a aprovação na CMRJ e a sanção do Prefeito, o PPA, LDO e LOA são publicados.

ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS





PREFEITURA

RIO

Previ-Rio